



ANTONIO BARROS DE CASTRO

É para todos evidente que o novo governo não surgiu como resultado de uma progressiva acumulação de forças políticas, do surgimento de novas lideranças ou da conquista da sociedade por novas idéias. Longe disto, o governo nasce de um ato de repúdio. A sociedade vomitou Collor.

Não tendo sido a substância do governo escolhida de antemão, ela será profundamente influenciada pelo contexto em que (inesperadamente) surge. Parece, pois, recomendável indagar-se sobre as características maiores deste contexto, e, para tanto, uma comparação com o meio ambiente em que se deu a escócha de Collor pode ser um bom ponto de partida.

No final de 89, a economia brasileira estava ingressando na hiperinflação. O desempenho da economia não havia contudo sido seriamente prejudicado: o desemprego era mínimo e a grande maioria das empresas operava a um nível razoável de utilização da capacidade. Em tais condições, enfrentar a morte iminente da moeda nacional — e o caos seguramente daí resultante —

era a tarefa imediata e a prioridade absoluta.

Neste final de 92, por contraste, é fácil ver que a prioridade nacional não fez a gentileza política de autodefinir-se. Se a inflação permanece escandalosamente alta, não é menos verdade que o desemprego assumiu proporções nunca vistas, e que as empresas amargam prejuízos sem precedentes, enquanto setores industriais inteiros encontram-se na iminência de sucumbir, à míngua de demanda: a produção de bens de capital sob encomenda, que já atingiu a cifra anual de US\$ 10 bilhões, não deverá atingir, neste ano, US\$ 3 bilhões.

Ao afundar lentamente, ainda que "apontando na direção certa", como é de praxe dizer, o governo anterior deixou, em suma, além de uma elevadíssima inflação, uma enorme herança de demandas reprimidas. Elas virão agora inevitavelmente à tona — e não poderão deixar de sensibilizar um governo formado por políticos profissionais, mais propensos a atender a reivindicações da sociedade do que a traçar rumos para a economia ou a construir instituições resistentes à inflação. Isto posto, parece razoável admitir que, no curto prazo, a inflação não terá *precedência* sobre a tentativa de atendimento das demandas da sociedade. Para a maioria dos economistas (no mundo mais do que no Brasil) esta possibilidade sugere suicídio. O julgamento

talvez seja apressado. Vejamos por quê.

O novo governo tem sobre o anterior duas inegáveis *vantagens*. Primeiramente, dispõe de uma maioria legislativa, de início, pelo menos, inquestionável. Além disso, pode — e deve — valer-se do clima de catarse nacional para ir fundo no combate à sonegação. A primeira vantagem lhe *possibilita* passar uma reforma fiscal de emergência de dimensões não desprezíveis. A segunda lhe permite — os profissionais da área saberiam como fazê-lo — elevar mais uma vez, não desprezivelmente, a arrecadação. A partir de ambos os avanços, poderia ser testada em mercado a possibilidade de redução do excepcional prêmio de risco (juros reais) que vem sendo pago para que os agentes econômicos retenham ativos sob a forma de títulos da dívida interna; e poderá também ser aliviado um ou outro ponto de grande tensão social, através de pequenos gastos criteriosamente escolhidos. Para que qualquer destes movimentos seja possível, sem deterioração do quadro inflacionário, é no entanto indispensável que as expectativas dos agentes econômicos sejam tranquilizadas — o que pode talvez ser obtido pela exibição de um elevado grau de sintonia entre Executivo e Legislativo, condição mínima de governabilidade na crítica situação em que nos encontramos.

Sem margem para dúvidas, o

04 OUT 1992 P. 15

avanço sobre campo minado (pela volatilidade das expectativas) que acabamos de sugerir permitiria apenas um certo alívio. Adverte-se, no entanto, que dado o agravamento extremo da recessão, este alívio pode ser uma pré-condição para que se tente algo mais substantivo numa segunda etapa. Do ponto de vista do combate à inflação, se estaria, em suma (presumivelmente sem abrir a guarda), criando condições para — possivelmente em meio à revisão da Constituição — passar reformas mais profundas e estruturalmente estabilizantes. Se estas reformas forem efetivadas, teriam *então* sido criadas condições para o lançamento de políticas de renda, precedidas de reformas e ancoradas em consensos.

Em suma, não é impossível visualizar caminhos, ainda que estreitos, através dos quais o novo Governo *acate e aproveite* as condições do contexto muito especial com que se defronta. Muito mais fácil é, contudo, perder-se no atendimento tópico de demandas, reacender expectativas de aceleração inflacionária... e tentar, mais adiante, impedir o desastre, através de um plano salvador. Muito provavelmente, o destino estará selado já nos primeiros passos.

Este artigo foi escrito dois dias antes de seu autor receber o convite para ocupar o cargo de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)